continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidada em 31 de dezembro de 2025 da Taurus Armas S.A. - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado

26. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R$ 548,1 milhões (R$ 448,1 milhões em 31 de dezembro de 2024), representado por 139.297.877 ações, sendo 51.089.845 ações ordinárias e 88.208.032 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2025, foi aprovado o aumento do valor do capital social, com bonificação de ações aos acionistas, mediante capitalização de parcela da reserva estatutária no montante de R$ 100 milhões com a emissão de 12.663.443 novas ações, sendo 4.644.531 ordinárias e 8.018.912 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas sem custo aos acionistas a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) nova ação para cada 10 (dez) ações da mesma espécie detidas pelo acionista em 7 de maio de 2025. **Ações preferenciais:** Ações preferenciais não dão direito a dividendos diferenciados e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, no seu artigo 5º, parágrafo 4º, as ações preferenciais terão direito a voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral acerca das matérias abaixo indicadas, caso em que a cada ação preferencial corresponderá um voto: (i) Transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (ii) Aprovação da celebração de contratos entre a Companhia e seu Acionista Controlador, conforme definido no Regulamento do Nível 2, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, tais matérias devam ser submetidas à deliberação da Assembleia Geral; (iii) Avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (iv) Escolha da empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, nos termos do Capítulo VII deste Estatuto Social; e (v) Alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá apenas enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa. Ações autorizadas (em milhares de ações):

	31/12/2025	31/12/2024
Ações ordinárias	103.703	103.703
Ações preferenciais	207.405	207.405
	311.108	311.108

Ações emitidas e totalmente integralizadas:

	Ordinárias	Preferenciais		
	Quantidade em milhares	Quantidade em milhares	Ações em Tesouraria (–) em milhares	Total
Em 31 de dezembro de 2024	46.445	80.189	(323)	126.311
Em 31 de dezembro de 2025	**51.090**	**88.208**	**(98)**	**139.200**

*Cotação de fechamento da ação na data indicada, multiplicada pelo total de ações existentes na mesma data. b) Reservas e retenção de lucros: **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a dedução dos prejuízos acumulados, nos termos do art. 189 da mesma Lei. Em 31 de dezembro de 2025 foi constituída reserva legal no valor de R$ 0.9 milhões. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo da reserva legal é de R$ 53.4 milhões (R$ 52.5 milhões em 31 de dezembro de 2024). **Reserva incentivo fiscal:** A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS e Fundopem. A Administração, tendo em vista a publicação da Lei Complementar nº 160/17 e em conformidade com a Lei nº 6.404/76, os destinou como reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo é de R$ 134,5 milhões (R$ 118,5 milhões em 31 de dezembro de 2024). **Reserva Estatutária:** A reserva tem como finalidade preservar a integridade do patrimônio líquido da Companhia, fazer frente a planos de investimentos e acréscimo de capital de giro, permitir programas de recompra de ações de emissão da Companhia, viabilizar planos de outorga de opções de compra de ações e de outros planos de remuneração baseados em ações ou benefícios aos administradores e/ou empregados, permitir a absorção de prejuízos sempre que necessário, e permitir a distribuição de dividendos, conforme proposição do Conselho de Administração e aprovações previstas no Estatuto da Companhia e legislação aplicável. Serão destinados à essa reserva estatutária o saldo remanescente de lucros após as destinações à Reserva Legal, Reserva de Incentivo Fiscal e Dividendos Mínimos Obrigatórios. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo desta reserva é de R$ 266,7 milhões (R$ 365,7 milhões em 31 de dezembro de 2024). c) Dividendos: Conforme estatuto social da Companhia, as ações ordinárias e preferenciais fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 35% do lucro ajustado, cabendo às ações preferenciais todos os demais direitos atribuídos às ordinárias em igualdade de condições.

Dividendos propostos: A proposta de dividendos registrada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação na AGO, é assim demonstrada:

Lucro líquido do exercício	**17.673**
Destinações:	
Constituição reserva legal - Art. 193	(883)
Constituição reserva incentivos fiscais - Art. 195-A	(16.017)
Ajuste de avaliação patrimonial	465
Base para distribuição de dividendos	**1.238**
Dividendos obrigatórios (35%)	433
Dividendos obrigatórios por ação	0,003111
Total dividendos a distribuir	**433**
Total dividendos por ação - líquido	**0,003111**
Lucros Acumulados	**804**
Constituição reserva estatutária - Art. 194	(804)
Lucros Acumulados	**–**

d) Ajustes de avaliação patrimonial: **Custo atribuído (*Deemed cost*):** A rubrica de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido inclui ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição para a IFRS. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente pela depreciação dos itens a que se referem ou quando da alienação dos ativos. **Ajustes acumulados de conversão:** Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior. e) Ações em tesouraria: Na AGE de 28 de abril de 2023, foi aprovado o programa de recompra de ações. O Programa de Recompra visa à aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação das ações, com o objetivo de realizar uma administração eficiente da estrutura de capital e maximizar a geração de valor para o acionista e fazer frente às obrigações da Companhia decorrentes do Plano de Outorga de Ações (Stock Grant), destinado a administradores, diretores ou outros ocupantes de cargos estratégicos da Companhia. Em reunião do Conselho de Administração no dia 21 de março de 2025, foi aprovado novo programa de recompra de ações. No âmbito do atual Programa de Recompra, poderão ser adquiridas até 300,0 mil ações ordinárias (TASA3) e 3.003,3 mil ações preferenciais (TASA4). Até 31 de dezembro de 2025 a Companhia adquiriu 760 mil ações preferenciais (TASA4) pelo valor de R$ 11,2 milhões e estão mantidas em tesouraria 98,3 mil ações preferenciais (TASA4) pelo valor de R$ 1,3 milhões.

f) Resultado por ação:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Numerador básico		
Resultado líquido do exercício		
Ordinárias	6.486	28.163
Preferenciais	11.187	48.429
	17.673	76.592
Denominador básico - Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)		
Ordinárias	49.461.078	46.445.314
Preferenciais	85.238.926	79.775.222
	134.700.004	126.220.536
Resultado básico por ação (R$ por ação)		
Ordinárias	0,13113	0,60637
Preferenciais	0,13124	0,60707

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Numerador diluído		
Resultado líquido do período		
Ordinárias	6.486	28.163
Preferenciais	11.187	48.429
	17.673	76.592
Denominador diluído - Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)		
Ordinárias	49.461.078	46.445.314
Preferenciais	85.238.926	79.775.222
	134.700.004	126.220.536
Potencial incremento nas ações em função do plano de pagamento em ações		
Ordinárias	–	–
Preferenciais	386.435	15.437
	386.435	15.437
Resultado diluído por ação (R$ por ação)		
Ordinárias	0,13113	0,60637
Preferenciais	0,13065	0,60695

f) Transações de capital: A reestruturação societária ocorrida em 27 de maio de 2011 envolvendo a controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. e a Companhia resultou em alteração nas participações acionárias entre as partes envolvidas no montante de R$ 40.996, o qual foi reconhecido no patrimônio líquido na conta transação de capital. **27. Pagamento baseado em ações:** Atualmente, a Companhia mantém exclusivamente o Plano de Outorga de Ações ("Stock Grant") como instrumento vigente de remuneração baseada em ações. Este plano foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2023 e encontra-se sob a administração do Conselho de Administração. São elegíveis para participar do Plano os diretores estatutários da Companhia atuais ou que vierem a ser empossados nessa função. A aprovação dos efetivos participantes e do número de ações a serem outorgadas a cada um deles serão determinados pelo Conselho de Administração. A cessão de ações pelo Participante não está sujeita ao atingimento de meta individual do Participante nem de metas globais da Companhia, mas sim pela permanência do vínculo do diretor com a Companhia. No caso de renúncia ou de desligamento por justa causa do participante, os Direitos de Receber Ações que não tenham sido convertidos em Ações até a data do desligamento, observados os Prazos de Carência dos Direitos de Receber Ações, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização. No caso de desligamento do participante por iniciativa da Companhia e sem justa causa, os Direitos de Receber Ações serão concedidos proporcionalmente ao período em que o participante efetivamente exerceu o respectivo cargo em comparação com o período total do Programa, observadas as disposições do instrumento firmado pela Companhia e pelo participante no momento do desligamento do participante. No dia 23 de abril de 2025, foi aprovado pelo Conselho de Administração o Segundo Aditivo ao Primeiro Programa de Remuneração Baseado em Ações ("Segundo Aditivo Stock Grant") o qual concedeu o direito a mais 80.000 (oitenta mil) ações preferenciais da Companhia, totalizando 2.328.000 (dois milhões trezentos e vinte e oito mil) ações preferenciais outorgadas no âmbito do Primeiro Programa de Stock Grant. O número total de ações passíveis de entrega estará sujeito a ajustes em virtude de operações societárias, tais como desdobramentos, grupamentos e bonificações. As ações recebidas terão todos os direitos e benefícios pertinentes à espécie de ações preferenciais atualmente emitidas pela Companhia. A despesa é registrada em uma base pro rata temporis, da data da outorga até a data em que o beneficiário adquire os Direitos de Receber Ações. A Companhia reconheceu no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2025 o total de R$ 8,5 milhões (R$ 12,2 milhões em 31 de dezembro de 2024).

(i) Quantidade de ações objeto das opções:

	Ações Objeto do Plano			
	Espécie	Porcentagem	Número	Bônus
Plano de ações - Stock Grant - 2023 - 1ª Outorga	Preferencial	100,00%	2.184.000	152.880
Plano de ações - Stock Grant - 2024 - 2ª Outorga	Preferencial	100,00%	64.000	6.400
Plano de ações - Stock Grant - 2025 - 3ª Outorga	Preferencial	100,00%	80.000	8.000

(1) Em 23 de abril de 2025, o Conselho de Administração aprovou o Segundo Aditivo ao Programa de Stock Grant, concedendo mais 247.280 ações preferenciais. Com isso, o total de ações outorgadas chegou a 2.495.280, sujeitas a ajustes por eventos societários. As ações mantêm todos os direitos das preferenciais emitidas pela Companhia.

(ii) Vida das Opções de Compra *(vesting period)*:

1ª Outorga						
Porcentagem do Total de Ações	20,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	40,00%
Data de Exercício	28/04/2024	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2027	31/03/2028	31/03/2029
2ª Outorga						
Porcentagem do Total de Ações	24,00%	12,00%	12,00%	12,00%	40,00%	
Data de Exercício	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2027	31/03/2028	31/03/2029	
3ª Outorga						
Porcentagem do Total de Ações	25,00%	12,50%	12,50%	12,50%	37,50%	
Data de Exercício	31/03/2026	31/03/2027	31/03/2028	31/03/2029	31/03/2030	

A movimentação ocorrida das ações outorgadas está apresentada na tabela abaixo e demonstra a movimentação do plano de opções que foi substituído:

	Controladora
Quantidade de opções/ações em aberto - 31/12/2023	**2.184.000**
Outorgadas	64.000
Exercidas/Entregues	(436.800)
Quantidade de opções/ações em aberto - 31/12/2024	**1.811.200**
Outorgadas	247.280
Exercidas/Entregues	(235.296)
Quantidade de opções/ações em aberto - 31/12/2025	**1.823.184**

28. Receita operacional líquida: De acordo com o IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. A receita de contratos com clientes será reconhecida à medida que seja provável que não ocorra uma reversão significativa no valor da receita acumulada. Consequentemente, para os contratos em que a Companhia não for capaz de fazer uma estimativa razoável das devoluções, aguarda-se o prazo de devoluções expirar para que seja procedido o reconhecimento da receita. Um passivo de reembolso e um ativo para recuperação serão reconhecidos para esses contratos e serão apresentados separadamente no balanço patrimonial. *Impostos sobre vendas:* As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 25%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	0% a 55%
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3% e 7,6%
PIS - Programa de Integração Social	0,65% e 1,65%
Excise Tax (EUA)	10% a 11%

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Vendas de produtos	**1.735.041**	1.966.291	**932.022**	1.028.355
Prestação de serviços	**3.116**	586	**1.784**	586
Total de receita bruta	**1.738.157**	1.966.877	**933.806**	1.028.941
Impostos sobre vendas	**(260.334)**	(284.684)	**(126.639)**	(127.166)
Devoluções e abatimentos	**(14.794)**	(9.519)	**(11.722)**	(8.251)
Total de receita operacional líquida	**1.463.029**	**1.672.674**	**795.445**	**893.524**

A Companhia não realiza o ajuste a valor presente dos respectivos saldos pois as suas vendas possuem vencimento de curto prazo e os efeitos do cálculo de ajuste a valor presente não são relevantes.

29. Outras receitas operacionais:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas operacionais				
Recuperação de Impostos	**–**	48.121	**–**	47.669
Reversão de provisão de riscos fiscais (1)	**43.395**	4.535	**43.149**	4.535
Royalties	**1.826**	1.770	**1.826**	1.770
Alienação de imobilizados	**890**	3.454	**624**	3.278
Recuperação de despesas com fornecedores	**2.914**	3.123	**2.898**	3.112
Recuperação de créditos vencidos - PECLD	**3**	36	**3**	35
Outras receitas	**12.276**	7.564	**5.529**	4.025
	61.304	**68.603**	**54.029**	**64.424**

(1) Em razão da decisão do STF sobre o DIFAL de 2022, a Companhia, que ajuizou ação tempestivamente e efetuou depósitos judiciais, não possui expectativa de desembolso futuro e reverteu provisões para riscos tributários no montante aproximado de R$ 43 milhões.

30. Despesas por natureza:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(960.794)	(1.090.267)	(525.843)	(542.304)
Despesas com vendas	(219.922)	(199.514)	(63.289)	(45.922)
Provisão para perda de valor recuperável de instrumentos financeiros	(8.550)	(4.218)	(5.526)	(4.987)
Despesas gerais e administrativas	(274.336)	(221.305)	(137.577)	(127.985)
Outras despesas operacionais	(12.402)	(20.815)	(16.489)	(18.575)
	(1.476.004)	**(1.536.119)**	**(748.724)**	**(739.773)**
Despesas por natureza	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Depreciação e amortização	(53.904)	(43.615)	(30.143)	(25.175)
Despesas com pessoal	(322.964)	(323.265)	(206.948)	(220.549)
Despesas Tributárias	(21.704)	(18.771)	(4.061)	(14.472)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(616.755)	(670.984)	(270.716)	(281.058)
Materiais Auxiliares, conservação e manutenção	(72.593)	(58.732)	(57.941)	(56.531)
Fretes e seguros	(99.698)	(90.460)	(35.695)	(27.898)
Serviços de terceiros	(119.798)	(93.535)	(66.738)	(60.002)
Propaganda e publicidade	(50.150)	(53.099)	(6.959)	(6.428)
Despesas com garantia de produto	126	216	1.012	(201)
Água e energia elétrica	(17.299)	(39.704)	(12.698)	(13.890)
Viagens e estadias	(11.209)	(10.872)	(6.853)	(6.738)
Despesas com comissões	(38.559)	(37.168)	(11.965)	(5.332)
Custo do imobilizado baixado	(2.225)	(3.877)	(2.114)	(1.038)
Riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(19.571)	(733)	(17.975)	(1.258)
Aluguéis	(5.017)	(5.480)	(10.232)	(9.650)
Outras despesas	(24.684)	(86.040)	(8.698)	(9.553)
	(1.476.004)	**(1.536.119)**	**(748.724)**	**(739.773)**

31. Resultado financeiro líquido: O resultado financeiro abrange principalmente a variação cambial sobre empréstimos e contas a receber e fornecedores e despesas de juros sobre passivos (empréstimos).

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Juros	**40.943**	43.700	**40.062**	41.366
Outras receitas	**182**	2.607	**97**	2.214
	41.125	46.307	**40.159**	43.580
Despesas financeiras				
Juros e multas	**(81.901)**	(74.835)	**(68.420)**	(68.803)
Outras despesas	**(5.392)**	(4.397)	**(4.310)**	(3.570)
	(87.293)	(79.232)	**(72.730)**	(72.373)
Efeito da Variação Cambial				
Variações cambiais ativas	**126.729**	81.123	**126.259**	80.170
Variações cambiais passivas	**(87.234)**	(178.193)	**(86.692)**	(177.220)
	39.495	(97.070)	**39.567**	(97.050)
Resultado financeiro líquido	**(6.673)**	**(129.995)**	**6.996**	(125.843)

32. Provisão para garantia de produtos: A Companhia quantifica e registra uma estimativa para os custos relacionados com a garantia, de acordo com histórico e os custos de reparação atuais. A provisão para garantia do produto assegura que os custos de reparação em caso de reposição ou reparo não afetem os resultados operacionais de períodos em que ocorrem esses custos adicionais, assim os valores são provisionados por competência. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os saldos são apresentados como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mercado Interno	**4.389**	5.924	**3.470**	5.005
Mercado Externo	**6.515**	7.333	**–**	–
Total	**10.904**	**13.257**	**3.470**	**5.005**
Passivo circulante	**7.136**	9.016	**3.470**	5.005
Passivo não circulante	**3.768**	4.241	**–**	–

33. Eventos Subsequentes: Waiver de Covenants Financeiros: Após a data-base de 31 de dezembro de 2025, conforme descrito na Nota Explicativa nº 19 - Empréstimos e financiamentos, a Companhia obteve formalmente o waiver junto às instituições financeiras com as quais mantém operações financeiras, em relação ao não atendimento de determinados covenants financeiros apurados naquela data-base. Os waivers concedidos afastaram os efeitos de vencimento antecipado previstos contratualmente para a referida data-base. Certos passivos impactados pelo não cumprimento dos covenants financeiros, no valor de aproximadamente R$50 milhões, que tinham vencimento original no longo prazo foram reclassificados para o passivo circulante no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2025.

Conselho de Administração

Bernardo Simões Birmann
Presidente do Conselho de Administração

Sérgio Laurimar Fioravanti
Vice-Presidente do Conselho de Administração

José Paulo Dornelles Cairoli
Conselheiro

Marcelo Munhoz Auricchio
Conselheiro

Magno Neves Fonseca
Conselheiro

Diretoria Estatutária

Salesio Nuhs
Diretor Presidente

Sergio Castilho Sgrillo Filho
Diretor Administrativo Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

Leonardo Brum Sesti
Diretor sem designação específica

Eduardo Minghelli
Diretor sem designação específica

Conselho Fiscal

Haroldo Zago
Presidente

Mauro César Medeiros de Mello
Conselheiro

Valmir Pedro Rossi
Conselheiro

Luciano Luiz Barsi
Conselheiro

Alex Leite do Nascimento
Conselheiro

Comitê de Auditoria e Risco

Sérgio Laurimar Fioravanti
Presidente

Magno Neves Fonseca
Conselheiro

Luciano Luiz Barsi
Conselheiro

Contador

Marco Oliveira da Costa
Gerente de Contabilidade - CRC/RS 1012371/O-0

Declaração da Diretoria da Taurus Armas S.A. sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Srs. Salesio Nuhs, Sergio Castilho Sgrillo Filho, Leonardo Brum Sesti e Eduardo Minghelli, Diretores de Taurus Armas S.A., sociedade com sede na Av. São Borja, 2181/Prédio A, CEP: 93.035-411, São Leopoldo, RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.781.335/0001-02, em atendimento ao disposto parágrafo 1ª V e VI, do artigo 27ª, da Resolução 80, de 29 de março de 2022, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, constantes do Relatório de Revisão dos Auditores Independentes relativo as Demonstrações Financeiras do período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2025, emitido em 24 de março de 2026.

São Leopoldo, 24 de março de 2026

Salesio Nuhs
Diretor Presidente

Sergio Castilho Sgrillo Filho
Diretor Administrativo Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

Leonardi Brum Sesti
Diretor sem designação específica

Eduardo Minghelli
Diretor sem designação específica

Declaração da Diretoria da Taurus Armas S.A. sobre as Demonstrações Financeiras do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2025

Os Srs. Salesio Nuhs, Sergio Castilho Sgrillo Filho, Leonardo Brum Sesti e Eduardo Minghelli, Diretores de Taurus Armas S.A., sociedade com sede na Av. São Borja, 2181/Prédio A, CEP: 93.035-411, São Leopoldo, RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.781.335/0001-02, em atendimento ao disposto no parágrafo 1ª V e VI, do artigo 27ª, da Resolução 80, de 29 de março de 2022, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Taurus Armas S.A. e empresas consolidadas relativas ao período de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

São Leopoldo, 24 de março de 2026

Salesio Nuhs
Diretor Presidente

Sergio Castilho Sgrillo Filho
Diretor Administrativo Financeiro
Diretor de Relações com Investidores

Leonardi Brum Sesti
Diretor sem designação específica

Eduardo Minghelli
Diretor sem designação específica

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal de Taurus Armas S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 24 de março de 2026.
Com base nos exames efetuados e considerando ainda o Relatório dos auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas em 24 de março de 2026, bem como as informações e esclarecimentos recebidos da administração da Companhia no decorrer do exercício, conclui que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Leopoldo, 24 de março de 2026

Haroldo Zago
Presidente

Mauro César Medeiros de Mello
Conselheiro

Valmir Pedro Rossi
Conselheiro

Luciano Luiz Barsi
Conselheiro

Alex Leite do Nascimento
Conselheiro

Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos da Taurus Armas S.A.

Os membros do Comitê de Auditoria e Riscos da Taurus Armas S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, atuando de forma permanente, independente e com orçamento próprio desde o ano de 2022. Suas competências são definidas no estatuto social da Companhia e pelo Conselho de Administração. No exercício de 2025, o Comitê se reuniu por nove vezes, tratando dos temas: Projetos estratégicos da companhia e acompanhamento das principais atividades em curso junto às áreas financeira, comercial, jurídica, fiscal, contábil e de gestão de pessoas; desenvolvimento do controle contábil e das políticas tributárias, análise de contingências, análise e aprovação de ITR e DFs; encontros com Auditoria Independente Deloitte; gestão de riscos, sistemas e processos para gestão de riscos, mapa de riscos, mapa de controles internos, segurança de dados, acompanhamento dos trabalhos de inventário, do desenvolvimento das matérias ligadas ao ESG e da situação de atividades do comitê de ética; acompanhamento de transações com partes relacionadas; análise e aconselhamento de projetos estratégicos no âmbito societário e mercadológico; acompanhamento do cronograma e relatório de auditoria externa. O Comitê assessorou o Conselho de Administração na discussão de políticas, projetos estratégicos e procedimentos. Seguindo as boas práticas, o Comitê de Auditoria manteve reuniões em separado com os auditores independentes para discussão dos trabalhos de revisão das ITRs e auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2025. O Comitê procedeu, conforme dever estatutário, ao exame e análise das demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório da Administração relativos ao exercício de 2025 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2025") e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Por fim, o Comitê destaca que, durante o exercício de 2025, não foram identificadas divergências significativas entre a administração da Companhia, os auditores independentes (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes) e o Comitê de Auditoria e Riscos em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

São Leopoldo, 24 de março de 2026

Sérgio Laurimar Fioravanti | **Magno Neves Fonseca** | **Luciano Luiz Barsi**

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **Taurus Armas S. A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Taurus Armas S. A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Taurus Armas S. A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Análise de recuperabilidade dos ativos - **Por que é um PAA:** Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta saldos materiais de ativo intangível de vida útil indefinida representados por ágios gerados em combinações de negócios. Esses ativos devem ter o seu valor recuperável avaliado anualmente ou sempre que houver indícios de eventual perda de valor econômico, de modo a atender o pronunciamento técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As avaliações da necessidade, ou não, de registro de provisão para não realização do ágio ("impairment") foram suportadas por projeções futuras de fluxos de caixa descontados preparados pela Companhia e que levaram em consideração o cenário econômico do segmento e os planos de negócios e orçamento preparados pela Administração e aprovados em seus níveis de governança. Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores registrados de ágio referente a Unidade Geradora de Caixa (UGC) de Armas são considerados materiais para a auditoria; (ii) a determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente e a definição de premissas de taxas de desconto e de crescimento das operações nos períodos projetados e na perpetuidade envolvem alto grau de julgamento; (iii) alterações nas premissas adotadas poderiam ter impactos relevantes no valor recuperável do Ágio, e consequentemente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas; e, (iv) o assunto gerou extensão de procedimentos de auditoria e frequentes interações com a Diretoria da Companhia para avaliação do tema no decorrer da auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Diretoria com relação à análise do valor recuperável do ágio da UGC de Armas; (b) avaliação dos riscos associados às premissas utilizadas pela Diretoria nas projeções de fluxo de caixa descontado; (c) análise e desafio dos planos de negócios da Companhia para a UGC de Armas, com base no orçamento aprovado pelos órgãos de Governança da Companhia, envolvendo avaliação de consistência das projeções com informações externas de mercado; (d) avaliação dos cálculos de recuperabilidade do ágio alocado à UGC de Armas; (e) o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas na avaliação e no desafio das premissas e metodologia considerada para definição da taxa de desconto. Nossos procedimentos anteriormente descritos revelaram uma deficiência nos controles internos no processo de revisão do teste de recuperabilidade dos ativos para UGC Armas, performado pelo especialista externo contratado pela Companhia, que nos levou a aumentar a extensão de teste de auditoria planejado, a fim de obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. Com base em nossos procedimentos anteriormente descritos e as evidências de auditoria obtidas entendemos que a determinação do valor recuperável do ágio da UGC de Armas e as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Receita de contratos com clientes - **Porque é um PAA:** Conforme descrito na nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita com vendas é reconhecida no momento em que a Companhia e suas controladas satisfazem suas obrigações de performance ao transferir o controle dos produtos ao cliente. O alto volume de transações requer um robusto sistema de controles internos dependentes de tecnologia da informação para a captura, o registro e o processamento das informações relacionadas ao ciclo de receita. Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores de receitas de vendas representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia; (ii) o volume de transações é elevado e seu processamento é dependente do funcionamento adequado de atividades de controles internos e de sistemas informatizados; (iii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios necessários para o seu reconhecimento.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria relacionados ao reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (a) Obtenção do entendimento sobre o fluxo de transações de vendas considerando a natureza das diferentes operações da Companhia; (b) Avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados a ocorrência, integridade, exatidão e o reconhecimento da receita no correto período de competência; (c) Envolvimento dos nossos especialistas em tecnologia da informação na avaliação dos sistemas informatizados e controles automatizados que suportam as transações de vendas; (d) Execução de testes, em base amostral, sobre transações de vendas, onde inspecionamos a documentação comprobatória que suporta os registros contábeis, bem como os comprovantes de entrega de maneira a avaliar se somente